

# Banqueiros e caciques

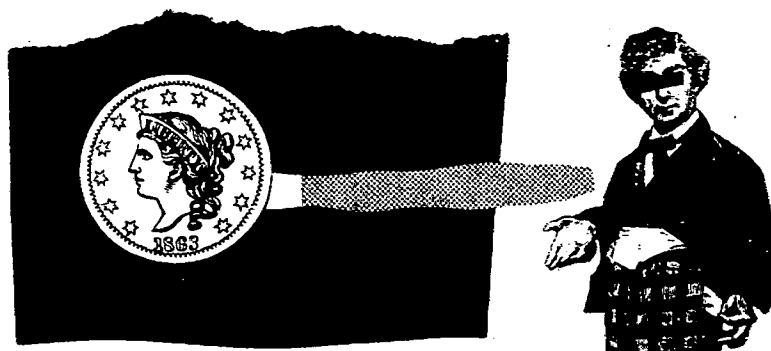
ROLF KUNTZ

JORNAL DA TARDE

112 DEZ 1994

Depois de quebrar o galho dos bancos, chegou a hora de o governo federal atender a Estados e municípios em crise. Num caso, como no outro, fica evidente a fraqueza do Executivo federal diante de interesses particulares, sejam de grupos privados, sejam de caciques políticos regionais. O presidente Fernando Henrique Cardoso cedeu a governadores e prefeitos e, como era previsível, decidiu ampliar a ajuda aos Tesouros estaduais e municipais. O auxílio, naturalmente, é apresentado como parte de um programa de ajuste. A União empresta dinheiro e, além disso, autoriza a busca de mais financiamentos no Exterior. Em contrapartida, governos de Estados e prefeituras prometem entrar num regime de austeridade. Quem acreditar na promessa vai para o céu.

Os atuais governadores, pode-se argumentar, encontraram os Estados em má situação. Há um problema de fato: ou são socorridos ou não governam. O argumento do fato consumado apareceu também no caso dos bancos: não se podia deixar o sistema todo naufragar. Houve quem chegasse a dizer que o sistema financeiro é um bem público e, portanto, é razoável que os cidadãos paguem para preservá-lo. Esse tipo de conversa está ficando cada vez mais frequente. Consumado o desastre, apresenta-se a conta ao público, os culpados continuam tranquilos e, mais importante, nada se faz para impedir a repetição da história.



VAI PARA O CÉU QUEM ACREDITAR  
NA PROMESSA DE AUSTERIDADE  
DE ESTADOS E MUNICÍPIOS,  
EM TROCA DA AJUDA DA UNIÃO

cípios, como no dos bancos, não é verdade que não haja alternativa. Nenhuma instituição financeira importante quebra de um dia para outro. Primeiro, o Banco Central não agiu quando devia. É sua função impor disciplina aos bancos. Também é sua função reduzir a perda de recursos públicos, quando não se consegue impedir a quebra. Finalmente, nada obriga o BC a administrar os escombros de uma instituição, enquanto a parte boa é passada a um feliz comprador. O governo foi simplesmente fraco na política bancária — e esta é a melhor hipótese, porque pressupõe as mais puras intenções. Também não está enfrentando governadores e prefeitos como deveria ou poderia. É verdade que boa parte da crise foi herdada, mas também é certo que nada ou quase nada se fez, neste ano, para atenuar o problema financeiro. ~~A~~ ~~mesmo~~ ~~de~~ ~~toda~~ a conversa a res-

peito de recessão, a receita tributária aumentou. Até agosto, segundo os primeiros cálculos, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi 28,4% maior que a de um ano antes. O menor crescimento ocorreu no Sul, 19,4%. Em São Paulo, a variação, 29%, foi pouco superior à média. O aumento foi ainda maior no Nordeste (33,9%) e no Norte (47,3%). O Centro-Oeste, com 23,9%, ficou abaixo da média, e o Sudeste, com 29,4%, pouco acima. Ninguém se pode queixar de falta de dinheiro.

Depois, a receita de Estados e municípios cresceu desde 1989, por causa do aumento de transferências federais. Esse aumento foi propiciado pela Constituição promulgada em outubro de 1988. De janeiro a outubro deste ano, a receita bruta da União foi 13% maior que a de igual período de 1994, mas as

transferências constitucionais foram 26% superiores às de um ano antes.

Os gastos com pessoal, nos três níveis da administração, cresceram muito desde o final dos anos 80. Também cresceram outros gastos de custeio; enquanto a poupança do setor público afundou e em breve deverá estar batendo no Extremo Oriente. Neste ano, a maior parte do déficit público aparecerá nas contas de Estados e municípios. Parte do problema se explica pelo aumento dos juros, mas as contas primárias (isto é, sem os encargos financeiros) também estão em vermelho. Há governadores pedindo ajuda para pagar salários do funcionalismo.

O acordo concluído no fim de semana, em Brasília, amplia os financiamentos de ajuda aos Estados e aumenta os prazos para liquidação das dívidas. Além disso, os governadores são autorizados a tomar empréstimos no Exterior, sem aval do Tesouro da União. Perguntas: quem vai emprestar a Estados em má situação, sem aquele aval? Em quanto tempo a equipe econômica mudará de posição e aceitará avalizar os empréstimos externos? Quem vai cobrar de governadores e prefeitos uma boa administração financeira?

## O AUTOR

Rolf Kuntz é professor do Departamento de Filosofia da USP e jornalista de O Estado de S. Paulo

